

C.4 MEDIDAS PROVISÓRIAS (MP)

Deste quadro constam informações completas das tramitações das Medidas Provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter informações sobre as tramitações exclusivamente no Senado Federal veja quadro constante deste Relatório no que se refere ao Senado Federal.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.156-5, public. em 27-8-2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.253, de 31-5-2002, public. no DOU de 3-6-2002, regulamenta a MP 2.156-5/2001.
2.157-5, public. em 27-8-2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.254, de 31-5-2002, public. no DOU de 3-6-2002, regulamenta a MP 2.157-5/2001)
2.158-35, public. em 27-8-2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 73 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.196, public. no DOU de 22-11-2005. Alterado o art. 18 da MP 2.158-35, pela MP 447, public. no DOU de 17-11-2008. Alterado o art. 56 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.827, public. no DOU de 21-11-2008 (oriunda da MP 436/2008). Alterado os incisos II e III do art. 42 da MP 2.158-35, pela MP 425, public. no DOU de 30-4-2008-Ed.Extra.
2.159-70, public. em 27-8-2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.161-35, public. em 24-8-2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 1º da MP 2.161-35, na parte referente ao § 6º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, pela MP 246, public. no DOU de 7-4-2005, que foi rejeitada em 21-6-2005.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.162-72, public. em 24-8-2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.163-41, public. em 24-8-2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.164-41, public. em 27-8-2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.165-36, public. em 24-8-2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.166-67, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 32/2001-CN-Mérito - PLV nº 10/2001 (DSF 12-9-2001), Parecer nº 39/1999-CN-Admissibilidade (DSF 12-11-99), Relator: Dep. Moacir Micheletto
2.167-53, public. em 24-8-2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.168-40, public. em 27-8-2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.169-43, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.170-36, public. em 24-8-2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 6.467, de 30-5-2008, public. no DOU de 30-5-2008-Ed. Extra.
2.172-32, public. em 24-8-2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.173-24, public. em 24-8-2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 2/2001-CN-Admissibilidade (DSF 6-4-2001) e Parecer nº 3/2001-CN-Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 6-4-2001), Relator: Sen. Gilberto Mestrinho.
2.174-28, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.177-44, public. em 27-8-2001 (Ret. no DOU de 24-9-2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.178-36, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.179-36, public. em 27-8-2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36, pela MP 435/2008.
2.180-35, public. em 27-8-2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.181-45, public. em 27-8-2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.183-56, public. em 27-8-2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Resolução nº 4/2007, public. no DOU de 18-4-2007, que "Suspende a execução do art. 1º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000." (OBS.: A MP 2.027-39, foi reeditada várias vezes até chegar ao nº 2.183-56 Decreto nº 6.672, de 2-12-2008, public. no DOU de 3-12-2008, "Regulamenta o art. 6º da MP 2.183-56, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências."

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.184-23, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973 e 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.185-35, public. em 27-8-2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer Oral Mérito, PLV nº 4/2001 Relator: Dep. Armando Monteiro. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 237, public. no DOU de 28-1-2005, transformada na Lei nº 11.131, de 1º-7-2005, public. no DOU de 4-7-2005.
2.186-16, public. em 24-8-2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.459, de 7-6-2005, public. no DOU de 8-6-2005 e retificado no DOU de 21-6-2005, que "Regulamenta o art. 30 da MP 2.186-16, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências."
2.187-13, public. em 27-8-2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 8º da MP 2.187-13, pela MP 167, public. no DOU de 20-2-2004, transformada na Lei nº 10.887, de 18-6-2004, public. no DOU de 21-6-2004. Revogado o art. 4º da MP 2.187-13, pela MP 316/2006.
2.189-49, public. em 24-8-2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.190-34, public. em 24-8-2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nº s 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.192-70, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 26 da MP 2.192-70, pela MP 97, public. no DOU de 30-12-2002, transformada na Lei nº 10.661, de 22-4-2003, public. no DOU de 23-4-2003.
2.196-3, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.197-43, public. em 27-8-2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.198-5, public. em 27-8-2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.199-14, public. em 27-8-2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o § 3º do art. 5º, da MP 2.199-14, pela Lei nº 11.524, de 24-9-2007, public. no DOU de 25-9-2007. (O art. 23 da lei que altera a MP foi vetado)
2.200-2, public. em 27-8-2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.206-1, public. em 10-9-2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.208, public. em 20-8- 2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.209, public. em 30-8- 2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.210, public. em 30-8- 2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.211, public. em 30-8- 2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.213-1, public. em 31-8- 2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.214, public. em 1º-9- 2001-Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.215-10, public. em 1º-9- 2001-Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.184, de 5-4-2002, public. no DOU de 8-4-2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001." Decreto nº 4.307, de 18-7-2002, public. no DOU de 19-7-2002, regulamenta a MP 2.215-10/2001. O valor do abono da MP 263, consta do Anexo I da MP 2.215-10.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.216-37, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra (Ret. no DOU de 24-9-2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 2º da MP 2.216-37, pela Lei nº 11.516, public. no DOU de 28-8-2007.
2.217-3, public. em 5-9-2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado os arts.1º, na parte referente aos arts. 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 2001, e 3º, ambos da MP 2.217-3, pela MP 246, public. no DOU de 7-4-2005, que foi rejeitada em 21-6-2005. Revogado o art. 3º da MP 2.217-3, pela Lei nº 11.297, public. no DOU de 10-5-2006.
2.220, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.031, de 2-4-2004, public. no DOU de 5-4-2004, regulamenta o Conselho das Cidades conforme o disposto no art. 10 da MP 2.220/2001.
2.224, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.225-45, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.187, de 8-4-2002, public. no DOU de 9-4-2002, regulamenta os arts. 6º e 7º da MP nº 2.225-45/2001.
2.226, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.227, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.228-1, public. em 10-9- 2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 13 da MP 2.228-1, pela MP 155, public. no DOU de 24-12-2003, transformada na Lei nº 10.871, de 20-5-2004, public. no DOU de 21-5-2004. Alterados o parágrafo único do art. 44 e o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 11.329, de 25-7-2006, public. no DOU de 26-7-2006.
2.229-43, public. em 10-9- 2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogada em parte a MP 2.229-43, pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002, public. no DOU de 26-6-2002. Alterado dispositivos da MP 2.229-43, pela Lei nº 10.769, de 19-11-2003, public. no DOU de 20-11-2003. Revogado o § 1º do art. 41 da MP 2.229-43, pela MP 224, public. no DOU de 22-10-2004, transformada na Lei nº 11.034, de 22-12-2004, public. no DOU de 23-12-2004. Revogado o art. 24 da MP 2.229-43, pela MP 210/2004, transformada na Lei nº 11.094, public. no DOU de 14-1-2005 (ret. no DOU de 17-1-2005). Revogados os arts. 8º, 8º-A, 9º, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da MP 2.229-43, pela MP 440, public. no DOU de 29-8-2008-Ed. Extra. Revogados os arts. 20, 21, 22 e 23 da MP 2.229-43, pela MP 441, public. no DOU de 29-8-2008-Ed. Extra.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
394, public. em 21-9-2007	128/2007-CN (nº 703/2007, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Em tramitação	<p>(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20-11-2007.</p> <p>Eficácia suspensa em 12-12-2007, tendo em vista deferimento de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3964, de 2007. (Public. no DOU de 7-2-2008)</p>
395, public. em 28-9-2007	134/2007-CN (nº 714/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica.	Arquivada	<p>(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27-11-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 11-2-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Pedro Fernandes</p> <p>Perdeu a eficácia em 8-3-2008 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 4/2008 - DOU de 11-3-2008).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
396, public. em 4-10-2007-Ed. Extra	138/2007-CN (nº 722/2007, na origem)	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro.	Sancionada a Lei nº 11.651, de 7-4-2008 (DOU 8-4-2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 1/2008, na Câmara dos Deputados, em 12-2-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 1/2008, no Senado Federal, em 11-3-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Eduardo Cunha</p> <p>Parecer Oral nº 171/2008-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-12-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
397, public. em 9-10-2007-Ed. Extra	139/2007-CN (nº 737/2007, na origem)	Revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Arquivada	<p>(*) A MP 397, revogou a MP 385, public. no DOU de 23-8-2007.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 13-2-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Eudes Xavier</p> <p>O Senado Federal, em 11-3-2008, rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MP e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1/2002-CN. (Ato Declaratório do Presidente do SF nº 1/2008- DOU de 14-3-2008-Seção I).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 8-12-2007.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
398, public. em 11-10-2007	141/2007-CN (nº 747/2007, na origem)	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.652, de 7-4-2008 (DOU 8-4-2008) (PLV nº 2/2008, vetado parcialmente – MCN nº 17/2008, nº 171/2008, na origem – Veto Parcial nº 5/2008)	(*) Decreto nº 6.246, de 24-10-2007, public. no DOU de 25-10-2007, Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. Aprovado o PLV nº 2/2008, na Câmara dos Deputados, em 26-2-2008. Aprovado o PLV nº 2/2008, no Senado Federal, em 11-3-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Walter Pinheiro Parecer Oral nº 173/2008-SF Relator Revisor Sen. Renato Casagrande Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-12-2007. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
399, public. em 17-10-2007	170/2007-CN (nº 780/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 456.625.000,00, para os fins que especifica.	Arquivada	<p>(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16-12-2007.</p> <p>Aprovado o PLV nº 3/2008, na Câmara dos Deputados, em 27-2-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Airton Cirilo</p> <p>Perdeu a eficácia em 27-3-2008 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 20/2008 - DOU de 2-4-2008).</p> <p>À CMO, para a elaboração do Projeto de Decreto Legislativo nos termos do art. 11, e seus parágrafos, da Resolução 1/2002-CN.</p> <p>A CMO em 23-4-2008, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado WELLINGTON FAGUNDES, que disciplina, conforme dispõe o art. 62, § 3º, da Constituição Federal, por meio do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, as relações jurídicas decorrentes do período de vigência da Medida Provisória nº 399, de 2007.</p> <p>O PDS nº 53, como conclusão do Parecer nº 7, de 2008-CN, tramitará inicialmente no Senado Federal e obedecerá ao disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
400, public. em 29-10-2007	171/2007-CN (nº 813/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Arquivada	<p>(*) Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 7-2-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 27-2-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Rocha</p> <p>O Senado Federal, em 1º-4-2008, rejeitou, no mérito, a MP. (Ato Declaratório do Presidente do SF nº 2/2008- DOU de 4-3-2008-Seção I)</p> <p>A CMO em 02 e 03-7-2008, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado WILSON SANTIAGO, que disciplina, conforme dispõe o art. 62, § 3º, da Constituição Federal, por meio do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, as relações jurídicas decorrentes do período de vigência da Medida Provisória nº 400, de 2007.</p> <p>8-7-2008-sessão do Senado Federal - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu parecer extemporâneo da CMO disciplinando, conforme dispõe o art. 62, § 3º, da Constituição Federal, por meio de projeto de decreto legislativo apresentado, as relações jurídicas decorrentes do período de vigência da presente MPV nº 400, de 2007. Assim sendo, determina o arquivamento da presente matéria.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
401, public. em 14-11-2007	174/2007-CN (nº 840/2007, na origem)	Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	Sancionada a Lei nº 11.663, de 24-4-2008 (DOU 25-4-2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 4/2008, na Câmara dos Deputados, em 5-3-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 4/2008, no Senado Federal, em 1º-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Laerte Bessa</p> <p>Parecer Oral nº 217/2008-SF Relator Revisor Sen. Adelmir Santana</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 25-2-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
402, public. em 26-11-2007	181/2007-CN (nº 900/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.646.339.765,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.656, de 16-4-2008 (DOU 17-4-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 5-3-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 9-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Milton Monti</p> <p>Parecer Oral nº 291/2008-SF Relator Revisor Sen. Romeu Tuma</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 8-3-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
403, public. em 27-11-2007	183/2007-CN (nº 902/2007, na origem)	Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.668, de 2-5-2008 (DOU 5-5-2008) (PLV nº 5/2008, vetado parcialmente – MCN nº 26/2008, nº 245/2008, na origem – Veto Parcial nº 7/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 5/2008, na Câmara dos Deputados, em 5-3-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 5/2008, no Senado Federal, em 10-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Nelson Marquizezelli</p> <p>Parecer Oral nº 292/2008-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 9-3-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
404, public. em 12-12-2007	186/2007-CN (nº 944/2007, na origem)	Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.	Sancionada a Lei nº 11.665, de 29-4-2008 (DOU 30-4-2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 6/2008, na Câmara dos Deputados, em 11-3-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 6/2008, no Senado Federal, em 9-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Walter Brito Neto</p> <p>Parecer Oral nº 293/2008-SF Relator Revisor Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 24-3-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
405, public. em 18-12-2007-Ed. Extra	187/2007-CN (nº 971/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.658, de 18-4-2008 (DOU 22-4-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 26-3-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 16-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Moisés Avelino</p> <p>Parecer Oral nº 340/2008-SF Relator Revisor Sen. Renato Casagrande</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30-3-2008.</p> <p>ADI – 4048, de 12-3-2008.</p>
406, public. em 21-12-2007	188/2007-CN (nº 1.000/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.659, de 18-4-2008 (DOU 22-4-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 1º-4-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 16-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Fernando Coelho Filho</p> <p>Parecer Oral nº 341/2008-SF Relator Revisor Sen. Gim Argello</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 2-4-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
407, public. em 27-12-2007	189/2007-CN (nº 1.009/2007, na origem)	Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.	Promulgada a Lei nº 11.661, de 24-4-2008 (DOU 25-4-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 2-4-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 22-4-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Magela</p> <p>Parecer Oral nº 346/2008-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p>
408, public. em 27-12-2007-	190/2007-CN (nº 1.010/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.669, de 8-5-2008 (DOU 9-5-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 2-4-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 6-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Edinho Bez</p> <p>Parecer Oral nº 369/2008-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
409, public. em 28-12-2007-Ed. Extra	191/2007-CN (nº 1.039/2007, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.670, de 8-5-2008 (DOU 9-5-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 8-4-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 6-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Celso Maldaner</p> <p>Parecer Oral nº 370/2008-SF Relator Revisor Sen. Antonio Carlos Júnior</p> <p>Parecer Oral nº 371/2008-SF Relator Revisor Sen. Tião Viana</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
410, public. em 28-12-2007-Ed. Extra	192/2007-CN (nº 1.040/2007, na origem)	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007.	Sancionada a Lei nº 11.718, de 20-6-2008 (DOU 23-6-2008) (PLV nº 8/2008, vetado parcialmente – MCN nº 62/2008, nº 420/2008, na origem – Veto Parcial nº 18/2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 8/2008, na Câmara dos Deputados, em 9-4-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 8/2008, no Senado Federal, em 27-5-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 27-5-2008.</p> <p>Aprovadas as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 28-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Assis Couto</p> <p>Parecer Oral nº 475/2008-SF Relator Revisor Sen. Flávio Arns</p> <p>Redação Final Parecer nº 477/2008-CDIR-SF Relator: Sen. César Borges</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
411, public. em 28-12-2007-Ed. Extra	193/2007-CN (nº 1.041/2007, na origem)	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.692, de 10-6-2008 (DOU 11-6-2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 9/2008, na Câmara dos Deputados, em 15-4-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 9/2008, no Senado Federal, em 20-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. André Vargas</p> <p>Parecer Oral nº 461/2008-SF Relator Revisor Sen. Lúcia Vânia</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
412, public. em 31-12-2007-Ed. Extra (Ret. no DOU de 3-1-2008)	194/2007-CN (nº 1.046/2007, na origem)	Dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.	Sancionada a Lei nº 11.726, de 23-6-2008 (DOU 24-6-2008) (PLV nº 10/2008, vetado parcialmente – MCN nº 68/2008, nº 429/2008, na origem – Veto Parcial nº 21/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 10/2008, na Câmara dos Deputados, em 16-4-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 10/2008, no Senado Federal, em 28-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Márcio França</p> <p>Parecer Oral-SF Relator Revisor Sen. Kátia Abreu</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
413, public. em 3-1-2008-Ed. Extra	1/2008-CN (nº 1/2008, na origem)	Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na produção e comercialização de álcool, altera o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.727, de 23-6-2008 (DOU 24-6-2008) (PLV nº 14/2008, vetado parcialmente – MCN nº 69/2008, nº 430/2008, na origem – Veto Parcial nº 22/2008)	<p>(*)</p> <p>Alterado os arts. 18 e 19 da MP nº 413, pela MP nº 425, de 30-4-2008, public. no DOU de 30-4-2008-Ed. Extra.</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2008, na Câmara dos Deputados, em 29-4-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 14/2008, no Senado Federal, em 28-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Odair Cunha</p> <p>Parecer Oral nº 479/2008-SF Relator Revisor Sen. César Borges</p> <p>Redação Final Parecer nº 480/2008-CDIR-SF Relator: Sen. Papaléo Paes</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
414, public. em 7-1-2008	2/2008-CN (nº 2/2008, na origem)	Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	Promulgada a Lei nº 11.688, de 4-6-2008 (DOU 5-6-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 22-4-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 3-6-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Guimarães</p> <p>Parecer Oral nº 511/2008-SF Relatora Revisora Sen. Ideli Salvatti</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
415, public. em 22-1-2008	6/2008-CN (nº 20/2008, na origem)	Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais e acresce dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro positivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código Brasileiro.	Sancionada a Lei nº 11.705, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008) (PLV nº 13/2008, vetado parcialmente – MCN nº 59/2008, nº 404/2008, na origem – Veto Parcial nº 15/2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 13/2008, na Câmara dos Deputados, em 23-4-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 13/2008, no Senado Federal, em 20-5-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 20-5-2008.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações, na Câmara dos Deputados, em 27-5-2008.</p> <p style="text-align: center;">Parecer Oral - CD Relator: Dep. Hugo Leal</p> <p style="text-align: center;">Parecer Oral nº 462/2008-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles</p> <p style="text-align: center;">Redação Final Parecer nº 463/2008-CDIR-SF Relator: Sen. Antonio Carlos Valadares</p> <p>Decreto nº 6.366, de 30-1-2008, public. no DOU de 31-1-2008, regulamentando a Medida Provisória nº 415.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
416, public. em 24-1-2008	7/2008-CN (nº 23/2008, na origem)	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.707, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008) (PLV nº 11/2008, vetado parcialmente – MCN nº 61/2008, nº 406/2008, na origem – Veto Parcial nº 17/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 11/2008, na Câmara dos Deputados, em 16-4-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 11/2008, no Senado Federal, em 28-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Régis de Oliveira</p> <p>Parecer Oral nº 478/2008-SF Relator Revisor Sen. Valter Pereira</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
417, public. em 1º-2-2008	8/2008-CN (nº 35/2008, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes.	Sancionada a Lei nº 11.706, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008) (PLV nº 12/2008, vetado parcialmente – MCN nº 60/2008, nº 405/2008, na origem – Veto Parcial nº 16/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 12/2008, na Câmara dos Deputados, em 22-4-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 12/2008, no Senado Federal, em 28-5-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Tadeu Filippelli</p> <p>Parecer Oral nº 481/2008-SF Relator Revisor Sen. Raimundo Colombo</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 6-4-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
418, public. em 15-2-2008	9/2008-CN (nº 60/2008, na origem)	Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.732, de 30-6-2008 (DOU 1º-7-2008) (PLV nº 15/2008, vetado parcialmente – MCN nº 75/2008, nº 458/2008, na origem – Veto Parcial nº 23/2008)	(*) Aprovado o PLV nº 15/2008, na Câmara dos Deputados, em 6-5-2008. Aprovado o PLV nº 15/2008, no Senado Federal, em 4-6-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Henrique Eduardo Alves Parecer Oral nº 512/2008-SF Relator Revisor Sen. José Sarney Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 15-4-2008. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
419, public. em 20-2-2008-Ed. Extra	10/2008-CN (nº 67/2008, na origem)	Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	Promulgada a Lei nº 11.693, de 11-6-2008 (DOU 12-6-2008)	(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 6-5-2008. Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 10-6-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Ademir Camilo Parecer Oral nº 529/2008-SF Relator Revisor Sen. Paulo Paim Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20-4-2008.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
420, public. em 26-2-2008	11/2008-CN (nº 73/2008, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.708, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 7-5-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 18-6-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luiz Carlos Busato</p> <p>Parecer Oral nº 545/2008-SF Relator Revisor Sen. Flexa Ribeiro</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 26-4-2008.</p>
421, public. em 29-2-2008	12/2008-CN (nº 88/2008, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.	Promulgada a Lei nº 11.709, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 7-5-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 18-6-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luiz Carlos Busato</p> <p>Parecer Oral nº 548/2008-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29-4-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
422, public. em 26-3-2008	14/2008-CN (nº 138/2008, na origem)	Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.	Sancionada a Lei nº 11.763, de 4-8-2008 (DOU 1º-8-2008) (PLV nº 16/2008, vetado parcialmente – MCN nº 99/2008, nº 580/2008, na origem – Veto Parcial nº 32/2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2008, na Câmara dos Deputados, em 13-5-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2008, no Senado Federal, em 9-7-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Asdrubal Bentes</p> <p>Parecer Oral nº 644/2008-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Redação Final Parecer nº 645/2008-CDIR-SF Relator: Sen. César Borges</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 25-5-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
423, public. em 4-4-2008-Ed. Extra	16/2008-CN (nº 149/2008, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.710, de 19-6-2008 (DOU 20-6-2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 7-5-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 18-6-2008.</p> <p>Parecer nº 6/2008-CN (DSF 23-4-2008) Relator: Dep. José Guimarães</p> <p>Parecer Oral-SF Relator Revisor Sen. João Tenório</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-6-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
424, public. em 17-4-2008	21/2008-CN (nº 204/2008, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 11.735, de 10-7-2008 (DOU 11-7-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 3-6-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 9-7-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Colbert Martins</p> <p>Parecer Oral nº 646/2008-SF Relator Revisor Sen. Osmar Dias</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16-6-2008.</p>
425, public. em 30-4-2008-Ed. Extra	25/2008-CN (nº 239/2008, na origem)	Altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas auferidas na venda de álcool.	Arquivada	<p>(*) A MP nº 425, altera os arts. 18 e 19 da MP nº 413/2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 17-6-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Odair Cunha</p> <p>Parecer Oral nº 647/2008-SF Relator Revisor Sen. João Tenório</p> <p>O Senado Federal, em 9-7-2008, rejeitou, no mérito, a MP. (Ato Declaratório do Presidente do SF nº 4/2008- DOU de 11-7-2008-Seção I).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29-6-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
426, public. em 9-5-2008	27/2008-CN (nº 249/2008, na origem)	Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	Sancionada a Lei nº 11.757, de 28-7-2008 (DOU 29-7-2008 – Ret. no DOU de 30-7-2008) (PLV nº 17/2008, vetado parcialmente – MCN nº 88/2008, nº 558/2008, na origem – Veto Parcial nº 27/2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2008, na Câmara dos Deputados, em 24-6-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2008, no Senado Federal, em 9-7-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Laerte Bessa</p> <p>Parecer Oral nº 648/2008-SF Relator Revisor Sen. Gim Argello</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 8-7-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
427, public. em 12-5-2008-Ed. Extra	28/2008-CN (nº 258/2008, na origem)	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, e 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.772, de 17-9-2008 (DOU 18-9-2008) (PLV nº 18/2008, vetado parcialmente – MCN nº 131/2008, nº 687/2008, na origem – Veto Parcial nº 40/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 18/2008, na Câmara dos Deputados, em 1º-7-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 18/2008, no Senado Federal, em 12-8-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 12-8-2008.</p> <p>Em 19-8-2008, no Senado Federal, foram aprovadas 2 emendas do Relator ao PLV nº 18/2008, nos termos dos incisos I e II do art. 325, do Regimento Interno do SF. A Presidência determina a confecção de novos autógrafos do PLV nº 18/08, para envio à Câmara dos Deputados.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações, na Câmara dos Deputados, em 20-8-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jaime Martins</p> <p>Parecer Oral nº 835/2008-SF Relator Revisor Sen. Valdir Raupp</p> <p>Redação Final Pareceres nºs 836 e 888/2008-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 11-7-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
428, public. em 13-5-2008	29/2008-CN (nº 259/2008, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.774, de 17-9-2008 (DOU 18-9-2008) (PLV nº 19/2008, vetado parcialmente – MCN nº 132/2008, nº 689/2008, na origem – Veto Parcial nº 41/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 19/2008, na Câmara dos Deputados, em 2-7-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 19/2008, no Senado Federal, em 26-8-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Otávio Germano</p> <p>Parecer Oral nº 917/2008-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-7-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
429, public. em 13-5-2008	30/2008-CN (nº 260/2008, na origem)	Autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN, para a formação de seu patrimônio, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.786, de 25-9-2008 (DOU 26-9-2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 20/2008, na Câmara dos Deputados, em 8-7-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 20/2008, no Senado Federal, em 27-8-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 27-8-2008.</p> <p>Rejeitadas as alterações do Senado e restabelecido o PLV nº 20/2008, na Câmara dos Deputados em 3-9-2008.</p> <p style="text-align: center;">Parecer Oral - CD Relator: Dep. Edmilson Valentim</p> <p style="text-align: center;">Parecer Oral nº 925/2008-SF Relator Revisor Sen. Demóstenes Torres</p> <p style="text-align: center;">Redação Final Parecer nº 926/2008-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12-7-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
430, public. em 14-5-2008-Ed. Extra	31/2008-CN (nº 268/2008, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor de R\$ 7.560.000.000,00, e dá outras providências.	Arquivada	<p>(*) A Câmara dos Deputados, em 9-7-2008, rejeitou a MP. (Ato do Presidente da CD - DOU de 10-7-2008-Seção I)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 13-7-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
431, public. em 14-5-2008-Ed. Extra(Ret. no DOU de 23-5-2008)	32/2008-CN (nº 268/2008, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.883, de 16 de junho 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 2005 e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.784, de 22-9-2008 (DOU 23-9-2008 – Ret. no DOU de 2-10-2008) (PLV nº 21/2008, vetado parcialmente – MCN nº 135/2008, nº 729/2008, na origem – Veto Parcial nº 43/2008)	(*) Revogados os incisos VI, VII e IX do art. 163 da MP 431, pela MP 441, public. no DOU de 29-8-2008-Ed. Extra. Aprovado o PLV nº 21/2008, na Câmara dos Deputados, em 5-8-2008. Aprovado o PLV nº 21/2008, no Senado Federal, em 27-8-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Magela Parecer Oral nº 927/2008-SF Relator Revisor Sen. Cristovam Buarque Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 13-7-2008. Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
432, public. em 28-5-2008	38/2008-CN (nº 317/2008, na origem)	Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.775, de 17-9-2008 (DOU 18-9-2008) (PLV nº 22/2008, vetado parcialmente – MCN nº 133/2008, nº 690/2008, na origem – Veto Parcial nº 42/2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 22/2008, na Câmara dos Deputados, em 6-8-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 22/2008, no Senado Federal, em 27-8-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luis Carlos Heinze</p> <p>Parecer Oral nº 928/2008-SF Relator Revisor Sen. Neuto de Conto</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-8-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
433, public. em 28-5-2008	39/2008-CN (nº 318/2008, na origem)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008.	Sancionada a Lei nº 11.787, de 25-9-2008 (DOU 26-9-2008)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 23/2008, na Câmara dos Deputados, em 6-8-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 23/2008, no Senado Federal, em 27-8-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 27-8-2008.</p> <p>Aprovada, em parte, as alterações, na Câmara dos Deputados, em 3-9-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá</p> <p>Parecer Oral nº 929/2008-SF Relator Revisor Sen. Cícero Lucena</p> <p>Redação Final Parecer nº 930/2008-CDIR-SF Relator: Sen. Efraim Morais</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10-8-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
434, public. em 5-6-2008(Ret. no DOU de 6-6-2008)	45/2008-CN (nº 344/2008, na origem)	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.776, de 17-9-2008 (DOU 18-9-2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 24/2008, na Câmara dos Deputados, em 12-8-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 24/2008, no Senado Federal, em 27-8-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Marcondes Gadelha</p> <p>Parecer Oral nº 931/2008-SF Relator Revisor Sen. Romeu Tuma</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 18-8-2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
435, public. em 27-6-2008(Ret. no DOU de 30-6-2008)	65/2008-CN (nº 440/2008, na origem)	Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 11.803, de 5-11-2008 (DOU 6-11-2008)	<p>(*) Revoga os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36/2001.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 8-10-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 4-11-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Pedro Eugênio</p> <p>Parecer Oral nº 1.089/2008-SF Relator Revisor Sen. Romero Jucá</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 9-9-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
436, public. em 27-6-2008(Ret. no DOU de 3-7-2008)	66/2008-CN (nº 441/2008, na origem)	Altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.	Sancionada a Lei nº 11.827, de 20-11-2008 (DOU 21-11-2008)	<p>(*) Aprovado o PLV nº 25/2008, na Câmara dos Deputados, em 15-10-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 25/2008, no Senado Federal, em 4-11-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Odair Cunha</p> <p>Parecer Oral nº 1.090/2008-SF Relator Revisor Sen. Marconi Perillo</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.091/2008-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 9-9-2008.</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 13-2-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>
437, public. em 30-7-2008(Ret. no DOU de 1º-8-2008)	84/2008-CN (nº 560/2008, na origem)	Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências.	Revogada	<p>(*) Revogada a MP 437, pela MP 439/2008.</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30-9-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
438, public. em 4-8-2008	92/2008-CN (nº 582/2008, na origem)	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.	Sancionada a Lei nº 11.828, de 20-11-2008 (DOU 21-11-2008)	<p>(*) Decreto nº 6.565, de 15-9-2008, public. no DOU de 16-9-2008, sobre a MP 438.</p> <p>Aprovado o PLV nº 26/2008, na Câmara dos Deputados, em 15-10-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 26/2008, no Senado Federal, em 5-11-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Dr. Nechar</p> <p>Parecer Oral nº 1.095/2008-SF Relator Revisor Sen. João Pedro</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 3-10-2008.</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 14-2-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
439, public. em 29-8-2008(Ed. Extra)	123/2008-CN (nº 645/2008, na origem)	Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	Promulgada a Lei nº 11.805, de 6-11-2008 (DOU 7-11-2008)	<p>(*) A MP 439, revogou a MP 437/2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 15-10-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 5-11-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Vignatti</p> <p>Parecer Oral nº 1.096/2008-SF Relator Revisor Sen. Jayme Campos</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28-10-2008.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
440, public. em 29-8-2008(Ed. Extra) (Ret. no DOU de 5-9-2008-Ed. Extra)	124/2008-CN (nº 646/2008, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004; das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006; das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, a criação de cargos de Defensor Público da União, a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDECA, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.890, de 24-12-2008 (DOU 26-12-2008) (PLV nº 27/2008, vetado parcialmente)	<p>(*)</p> <p>A MP 440 revogou os arts. 8º, 8º-A, 9º, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da MP 2.229-43/2001.</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2008, na Câmara dos Deputados, em 15-10-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 27/2008, no Senado Federal, em 25-11-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 25-11-2008.</p> <p>Aprovadas as alterações do Senado, na Câmara dos Deputados em 2-12-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Marco Maia</p> <p>Parecer Oral nº 1.047/2008-SF Relator Revisor Sen. Valdir Raupp</p> <p>Redação Final Parecer nº 1,161/2008-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28-10-2008.</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 13-3-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
441, public. em 29-8-2008(Ed. Extra) (Ret. no DOU de 5-9-2008-Ed. Extra)	125/2008-CN (nº 647/2008, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras de Cargos da FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, de que trata Lei nº 11.355, de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPMP, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 2006, sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional de Plantão Hospitalar, dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e dá outras providências.	Aprovado o PLV nº 28/2008. A matéria vai à sanção.	(*) Decreto nº 6.657, de 20-11-2008, public. no DOU de 21-11-2008, regulamenta o art. 310 da MP 441/2008 (Ret. no DOU de 24-11-2008). A MP 441 revogou os incisos VI, VII e IX do art. 163 da MP 431, public. no DOU de 14-5-2008-Ed. Extra. A MP 441 revogou os arts. 20, 21, 22 e 23 da MP 2.229-43/2001. Aprovado o PLV nº 28/2008, na Câmara dos Deputados, em 15-10-2008. Aprovado com alterações o PLV nº 28/2008, no Senado Federal, em 26-11-2008. Aprovada retificação à Emenda nº 592, no Senado Federal, em 3-12-2008. Parecer nº 1.194, de 2008-CDIR, Relator Senador Efraim Morais, apresentando a redação final das Emendas do Senado ao projeto. A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 5-12-2008. Aprovada, em parte, as alterações, na Câmara dos Deputados, em 9-12-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Marcelo Castro Parecer Oral nº 1.167/2008-SF Relatora Revisora Sen. Rosalba Ciarlini Redação Final Parecer nº 1,168/2008-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28-10-2008. Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 20-3-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
442, public. em 6-10-2008(Ed. Extra)	141/2008-CN (nº 758/2008, na origem)	Dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 11.882, de 23-12-2008 (DOU 24-12-2008) (PLV nº 29/2008, vetado parcialmente)	<p>(*)</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2008, na Câmara dos Deputados, em 28-10-2008.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2008, no Senado Federal, em 2-12-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Rodrigo Rocha Loures</p> <p>Parecer Oral nº 1.195/2008-SF Relator Revisor Sen. Francisco Dornelles</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 5-12-2008.</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 13-3-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
443, public. em 22-10-2008	179/2008-CN (nº 817/2008, na origem)	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.	Em tramitação	<p>(*) Aprovado o PLV nº 30/2008, na Câmara dos Deputados, em 12-11-2008.</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 30/2008, no Senado Federal, em 17-12-2008.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações em 17-12-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. João Paulo Cunha</p> <p>Parecer Oral nº 1.301/2008-SF Relator Revisor Sen. Valter Pereira</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.303/2008-CDIR-SF</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 21-12-2008.</p>
444, public. em 30-10-2008	181/2008-CN (nº 842/2008, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	Promulgada a Lei nº 11.881, de 23-12-2008 (DOU 24-12-2008)	<p>(*) Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 18-11-2008.</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 17-12-2008.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jô Moraes</p> <p>Parecer Oral nº 1.304/2008-SF Relator Revisor Sen. Eduardo Suplicy</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 8-2-2009.</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
445, public. em 7-11-2008	185/2008-CN (nº 856/2008, na origem)	Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal.	Em tramitação	(*) Aprovado o PLV nº 31/2008, na Câmara dos Deputados, em 3-12-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Paulo Pimenta
446, public. em 10-11-2008	186/2008-CN (nº 865/2008, na origem)	Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) -Despacho do Presidente do Senado Federal, na Sessão Deliberativa Ordinária de 19-11-2008: "Fica devolvida a MP nº 446, de 2008." -Recurso apresentado pelo Líder do Governo à CCJ.
447, public. em 18-11-2008	187/2008-CN (nº 893/2008, na origem)	Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica.	Em tramitação	(*) -
448, public. em 26-11-2008(Ed. Extra)	189/2008-CN (nº 930/2008, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica.	Sancionada a Lei nº 11.893, de 29-12-2008 (DOU 30-12-2008)	(*) Aprovado o PLV nº 32/2008, na Câmara dos Deputados, em 16-12-2008. Aprovado o PLV nº 32/2008, no Senado Federal, em 17-12-2008. Parecer Oral - CD Relator: Dep. João Matos Parecer Oral nº 1.320/2008-SF Relator Revisor Sen. Neuto de Conto Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 28-3-2009, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
449, public. em 4-12-2008(Ret. no DOU de 12-12-2008)	190/2008-CN (nº 958/2008, na origem)	Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) -
450, public. em 10-12-2008	191/2008-CN (nº 984/2008, na origem)	Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.	Em tramitação	(*) -
451, public. em 16-12-2008(Ret. no DOU de 22-12-2008)	192/2008-CN (nº 1.005/2008, na origem)	Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) -

(*) Medidas Provisórias que, em decorrência do disposto no art. 62, § 9º, da Constituição Federal, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 32, passaram a tramitar em Casas separadas.

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	110
- editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32.....	052
(*)- tramitação em Casas separadas (Emenda Constitucional nº 32).....	058
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	028
- aprovadas e promulgadas	015
- revogadas	001
- rejeitadas (arquivada).....	004
- perderam eficácia (arquivada).....	002
- em tramitação	060

